

**GUARANI MBYÁ**

# A luta pela demarcação em Bracuí

Em Angra dos Reis, um dos mais importantes pólos turísticos do Rio de Janeiro, vivem cerca de 300 Guarani, na Reserva Indígena Bracuí. Eles chegaram ao local há mais de 30 anos, construindo sua aldeia nos cumes da Serra do Mar. A presença desses índios no litoral deve-se a uma trajetória histórica em busca do que eles chamam *ñande reko*, o "modo de ser guarani", cuja conquista fundamenta-se especialmente na garantia de seu território.

A Fundação Nacional do Índio identificou a Reserva Bracuí em 1982 (este é o primeiro passo de um processo demarcatório). Em novembro de 1986, um decreto estadual declarou seus 700 hectares "de utilidade pública para fins de desapropriação", em favor dos índios. Em 1988, o Governo do Rio de Janeiro e a Funai assinaram um convênio para a regulamentação fundiária da área, que até hoje está interdita para desapropriação. Neste período o governo federal já havia rejeitado sua aprovação duas vezes.

Em seguida à assinatura do convênio, a Funai depositou 29,4 milhões de cruzados na conta do Estado, para o pagamento de indenizações de títulos de propriedade que incidiam sobre a reserva. Logo depois, o juiz da Comarca de Angra dos Reis, Nicolau Cassiano Neto decidiu remeter a questão para a 17ª Vara Federal no Rio de Janeiro, alegando que a competência para resolver o assunto é da União. Há quase três anos o dinheiro está depositado, esperando uma decisão para o pagamento das indenizações.

A Secretaria de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, hoje Instituto de Terras e Cartografia, também teve problemas. Encarregada da demarcação do território, a Suaf-RJ contratou, em meados de 1989, a CMN - Topografia, Terraplanagem e Projetos Ltda para realizar a obra. A empresa recebeu o pagamento integral pelo trabalho mas o entregou incompleto, em março de 1991.

O presidente da comissão de sindicância do Instituto de Terras, aberta para esclarecer o caso, Ronaldo Wilken, disse que o grupo ainda não concluiu seu parecer, mas reconhece que a CMN não terminou a tarefa: "Alguns marcos não foram fixados no terreno e existe um trecho onde a picada não foi aberta. A empresa será obrigada a concluir a demarcação", adiantou Wilken, entretanto, não quis arriscar um palpite sobre a data em que isto ocorrerá.

O chefe de posto da reserva (função preenchida sempre por funcionários da Funai), Rômulo Cerqueira de Sá, disse ainda que a demarcação "deixou de fora um platô de 10 hectares que pertencem à área".

Segundo o ex-deputado estadual Luís Paes Selles (eleito por Angra dos Reis na legislatura passada), durante as obras de demarcação, "o pessoal do Estado foi ameaçado com



Cristina Ávila

O cacique João da Silva mostra a Reserva Bracuí. Ele tinha esperança de encontrar os restos da antiga aldeia de seu avô, na Ilha Grande

armas por um dos vizinhos dos índios, Henrique Coimbra, e se afastou do trabalho, pois ao mesmo tempo o processo foi transferido para a área federal..."

Henrique Coimbra não figura entre os réus da Ação de Desapropriação, ajuizada em setembro de 1988 na 17ª Vara, embora os indigenistas que acompanham o assunto suspeitem que ele reivindica uma faixa de cinco quilômetros de terras que margeia parte do território indígena. Luís Paes Selles afirma que Coimbra tem gado na região e é conhecido por ações que depredam o meio ambiente no município.

Selles morbu 12 anos em Angra dos Reis, como médico assistiu a saúde guarani e durante o mandato acompanhou o processo para regularização fundiária da reserva. Ele acusou o juiz Nicolau Cassiano de condescendente com empreendimentos que destroem a ecologia em Angra: "Ele tem dado liminares favoráveis aos depredadores até contra a legislação ambiental...", acentuou.

Segundo a Fundação Nacional do Índio, a decisão do juiz Cassiano acolheu a proposição da Procuradoria Geral do Rio de Janeiro, oferecida pelo procurador José Alberto Keds, que na época acompanhava o caso.

Os procuradores que atualmente assumem esta função estão proibidos, pelo Procurador Geral do Rio de Janeiro, de dar esclarecimentos sobre o andamento do processo, encaminhando os jornalistas para a Assessoria de Imprensa do Palácio Guanabara. As respostas acabam se perdendo em evasivas.

Na opinião de Luís Paes Selles, o entorno da Reserva Bracuí deveria ser considerado área de proteção ambiental, "mas está sendo desmatado por serrarias e empresas de especulação turística e imobiliária".

Segundo o ex-deputado, também há um haras próximo ao território indígena, que "altera as característi-

cas da região, por ser uma ocupação incompatível com a preservação ambiental, já que para haver áreas de pastagem é preciso desmatar, por exemplo". Ele também denunciou que uma das empresas que especulam na Serra do Mar cercou a nascente do rio Embu, que abastece a reserva.

**Bracuí é habitada pelos Mbyá**

A Reserva Indígena Bracuí é habitada pelos Guarani Mbyá. O artesanato — que eles vendem na margem da Rio/Santos ou em locais cedidos pela Prefeitura de Angra dos Reis, no centro da cidade — é a base de sua vida econômica. O território indígena localiza-se entre 150 e 1100 metros de altitude, na Serra da Bocaina, de onde se vê o Atlântico. Cerca de cinco quilômetros de uma estrada de terra que começa no Km 115 da rodovia federal levam ao *tekoha*.

Segundo o antropólogo Bartomeu Meliá, que dedicou grande parte de sua vida pesquisando a cultura Guarani, "o modo de ser guarani (*ñande reko*)" baseia-se essencialmente na forma como se organizam em seu espaço geográfico, que denominam *tekoha*. Esse é "o lugar do modo de ser, de cultura, de *teko*, significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani (...), assegura a liberdade e a possibilidade de manutenção da identidade étnica".

Meliá ressalta que a referência do *teko* como forma de vida própria é constante na expressão guarani, especialmente quando marca a sua diferença frente a sociedades que ameaçam sua liberdade e o direito de serem eles mesmos.

Os conflitos com o "branco" tornaram a busca por este território livre cada vez mais difícil, incentivando os Guarani a uma migração histórica dirigida especialmente para o litoral.

Há poucos registros sobre sua trajetória, mas já em 1905 Curt Nimuendaju encontrou-os no litoral paulista. O próprio cacique da Reserva Bracuí, João da Silva, conta que chegou ao local com a esperança de reencontrar os restos da antiga aldeia de seu avô, na Ilha Grande, também em Angra dos Reis.

Em seus registros do início do século, Curt Nimuendaju aponta razões místicas para estas migrações para o litoral. Nesta época, o antropólogo — cujo nome foi dado pelos Guarani em 1907 — se referia à busca da "terra sem males (*Yuy-maraeý*), onde nada morre". Um paraíso que segundo os pajés estaria do outro lado do oceano.

O cacique João diz que a história de chegar ao paraíso "é coisa dos antigos". Parece que depois se arrepende e confessa: "Nós rezamos, só que agora bem fraquinho. Antigamente não se comia sal, banha, pinga, comprimido. Uma vez, um Guarani pediu a Deus um barco. Ele deu. Daí, o índio passou (atravessou o mar). Agora tô estudando como passar. O paraíso é onde está Deus. Lá não existe a morte, não têm doença. Lá existe a vida eterna".

Atualmente, os Guarani apontam algumas dificuldades para alcançar o *Yuy-maraeý*, entre elas as mudanças alimentares. Mesmo assim, mantêm muito fortes suas tradições religiosas.

**A sociedade de Bracuí**

Os Guarani dividem-se nos sub-grupos *Mbyá*, *Nandeva* (Avá-Guarani) e *Kaiová* (Pai-Tavyterá). Os *Mbyá* do Bracuí quase não caçam na grande floresta da Serra do Mar. Morando tão próximo ao oceano, não se atrevem a pescar. Na verdade, nunca foram pescadores e sim agricultores. "Nenhum dos grupos Guarani que chegou ao mar incrementou qualquer tipo de navegação ou extraiu do oceano um só alimento para

seu sustento", afirmou Curt Nimuendaju, impressionado com a relação dos Guarani com o mar. Ele dizia que as ondas eram como uma ameaça permanente para os índios. Para o antropólogo, a natureza deste povo "é completamente mediterrânea".

O cacique João da Silva diz que eles cultivam poucas roças na reserva: "Quase todo o alimento é comprado com o dinheiro do artesanato. O plantio é pouco porque estamos sempre preocupados com a demarcação da terra", afirma, referindo-se ao temor de perder as lavouras na disputa judicial pela desapropriação da área. "Mas agora a Prefeitura disse: Podem plantar!", acrescenta.

João nasceu na Área Indígena Chapecó, no Oeste catarinense. "Lá tem Kaingang, não gosto de conflito!" Depois morou com os Guarani da Ilha da Cotinha, no Paraná. Reclama que lá não havia terras cultiváveis. Aos 76 anos, mas com a agilidade de um jovem para percorrer um território de caminhos muito íngremes, ele conta com forte sotaque sulista: "Cheguei há cinco anos, com 186 índios, de ônibus. Agora vê (aponta as crianças), tá tudo saudável, a água é boa e tem bastante cipó e palha (bambu) para o artesanato".

Entre 1980 e 1986, o médico Luís Paes Selles ia à aldeia pelo menos uma vez por mês. Depois continuou acompanhando-os de longe, nos trabalhos na Assembléia Legislativa. Segundo Paes, "a saúde dos índios inspira cuidados, semelhante à população de baixa renda". De acordo com o médico, "é muito comum a gripe, pneumonia, diarreia infecciosa com desidratação, problemas de pele, escabiose e hipertensão provocada pelo uso excessivo de sal". Selles diz que há registros de mortes por causa destas doenças, mas não soube especificar quantas.

Segundo a indigenista Marise Sestini, atualmente os *Mbyá* recebem a visita quinzenal de um médico do distrito do Frade (próximo à área indígena). "Não há casos graves de doença, apenas um pouco de desidratação", assegura. Marise desenvolve um trabalho de apoio aos Guarani através da Prefeitura de Angra dos Reis, mas antes já os acompanhava como membro do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), sediado em São Paulo.

As crianças que vivem na reserva só falam o Guarani. O filho do cacique, Argemiro, é professor bilíngüe e dá aulas com o apoio do Summer, o Instituto Linguístico de Verão, uma organização americana que desenvolve atividades na área de educação indígena.

Alguns indigenistas afirmam que há na área infiltrações de igrejas evangélicas que atrapalham seriamente a religião guarani. O cacique nega. João da Silva diz que todas as religiões são como o canto de um pássaro, um culto a Deus.